

Ata número cinco

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE JUNHO DE 2022 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BELMONTE

Aos trinta dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e dois, pelas 10:00 horas na Sala da Assembleia, do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Belmonte.

Aberta a sessão, sob a presidência do Excelentíssimo Presidente Amândio Manuel Ferreira Melo, comigo Artur Alberto Mendes de Elvas, primeiro secretário da Mesa e Anabela Cristina Marques Gaspar Teixeira, segundo secretária da Mesa, verificou-se a presença dos seguintes membros:

Da lista do Partido Socialista - PS:

Luís António Pinto de Almeida, David Augusto Canelo, Patrícia Isabel Elvas Eusébio e João André Botão dos Santos.

Da lista do Partido Social Democrata - PPD/PSD:

António Manuel Cardoso Marques, Carlos Manuel Pinheiro Gomes em substituição de Acácio Bernardo Nunes Dias, Telma Alexandra Nave Neves de Matos, Tiago André Alves dos Santos Duarte Gaspar, José Carlos Bonifácio Alves, Hugo Morão em substituição de Margarida Saraiva Paiva e Rodrigo Bernardo em substituição de Humberto José Geraldes Barroso.

Da lista Coligação Democrática Unitária - PCP/PEV:

Rosa Maria Sequeira Silva Coutinho.

Estiveram também presentes nesta sessão, o Presidente da União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, Hugo Adolfo dos Santos Taborda, o Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Silvério Gavinhos Quelhas, o Presidente da Junta de Freguesia de Inguias, Joaquim Luís Nunes Adolfo e o Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas, Carlos Manuel Teixeira Amaro.

Tomada a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, verificou que existia quórum e informou que a mesma iria funcionar com 19 presenças.

Deu por aberta a Sessão e passou a ler a Ordem de Trabalhos que vai ficar arquivada em pasta anexa e se transcreve:

1-Aprovação da ata da Sessão anterior;

2-1º Período de Intervenção dos Senhores Municípes

3-Período Antes da Ordem do Dia

4-Período da Ordem do Dia:

4.1-Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade e Situação Financeira do Município

4.2-Pacto de Autarcas para o Clima e Energia - Plano de Ação;

4.3-Contas Consolidadas 2021 do Grupo Municipal

5-2º Período de Intervenção dos Senhores Múncipes

1 - Aprovação da ata da Sessão anterior

O Senhor Presidente da Assembleia questionou se os membros da Assembleia Municipal propunham alguma alteração.

Não havendo alterações à ata da Sessão anterior, passou-se à votação através de braço no ar.

Concluída a votação a Assembleia Municipal deliberou, com 19 votos a favor, aprovar por unanimidade dos presentes a ata de 29 de abril de 2022.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto seguinte.

2 - 1º Período de Intervenção dos Senhores Múncipes

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que por não haver pedidos de intervenção dos Senhores Múncipes presentes se iria dar continuidade à Sessão da Assembleia.

3 - Período Antes da Ordem do Dia

Seguidamente deu conhecimento que a correspondência recebida pela Assembleia Municipal tinha sido toda respondida de uma forma geral, exceto em situações em que se estavam a aguardar decisões, sendo uma delas referente à ANAM (Associação Nacional de Assembleias Municipais), que recentemente questionou se era pretensão da Assembleia Municipal de Belmonte, constituir uma Assembleia Municipal Jovem no Município de Belmonte até ao ano de 2024. Este projeto ainda não se encontra consumado, mas está em vias de o ser. Perante tal situação a Assembleia Municipal solicitou à ANAM, mais esclarecimentos sobre os formatos já existentes, mas até à data

ainda os não tinham feito chegar, assegurando que assim que os mesmos cheguem irá convocar uma reunião com a Comissão Permanente para que o assunto seja debatido.

Relativamente ao Requerimento apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, no dia 29/12/2021, referiu que o Executivo da Câmara Municipal de Belmonte, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, já tinha respondido ao mesmo. Tendo posteriormente a Assembleia Municipal reencaminhado o ofício para o Senhor Membro e Representante do Grupo do PSD, António Marques. Todavia, a esse mesmo ofício tinha sido acrescentada uma informação referente à não transmissão on-line das Sessões das Assembleias Municipais, assunto que foi tratado em reunião com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, uma vez, que toda a Assembleia Municipal, se tinha manifestado favoravelmente à iniciativa apresentada pelo Senhor Deputado do PSD, António Marques, relativamente à recomendação das transmissões on-line das Sessões das Assembleias Municipais pelo que, na sua opinião, achou por bem reunir documentação que justificasse a rejeição a essa proposta, concluindo-se que em sete municípios, sendo seis municípios vizinhos, apenas o Município da Guarda é que fazia a transmissão on-line pelo que, na presença destes procedimentos não lhe pareceu estranha a decisão do Executivo

No que se refere aos horários das Sessões da Assembleia Municipal, referiu que todas as Sessões são realizadas em horário laboral, com a exceção do Município de Penamacor que as realiza em horário pós-laboral.

Mencionou ainda, que existe um outro e-mail por responder que é o do Senhor Membro da Assembleia, pelo PSD, Carlos Gomes, informação essa que ainda não foi rececionada pela Mesa pelo que logo que chegue será reencaminhada.

Por fim, deu conhecimento que esteve em representação da Assembleia Municipal de Belmonte, a convite das Entidades organizadoras, nos seguintes eventos:

- *Comemorações do 10 de junho de 2022 (Núcleo de Belmonte da Liga dos Combatentes);*
- *Marchas Populares de Belmonte;*
- *7ª Feira do Pão, no Colmeal da Torre (União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre);*
- *Encerramento do Ano Letivo da Solis – Academia Sénior*

Felicitando todas estas Organizações / Associações pelas iniciativas desenvolvidas.

O Senhor Membro, Luís António (PS), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“As eleições confirmaram a vontade da população, renovando a confiança no Partido Socialista e no projeto político, de continuidade que tem vindo a ser desenvolvido no Concelho de Belmonte.

A vontade expressa dos nossos concidadãos exige respeito e responsabilidade de todos os eleitos, dada a proporcionalidade da representatividade política nos órgãos

autárquicos, exigindo assim, de todos, o maior empenho a fim de se encontrar as melhores respostas para continuar a desenvolver a nossa terra.

Queremos que os nossos empresários continuem a sonhar e a ter coragem de investir no nosso território.

Queremos que os nossos trabalhadores tenham melhores oportunidades laborais e melhores salários.

Queremos que os nossos jovens tenham perspetivas e oportunidades de trabalhar na nossa terra em novas áreas e profissionalmente mais gratificantes.

Queremos que os idosos, as crianças e as famílias se sintam apoiadas.

A nossa responsabilidade enquanto eleitos locais é, por isso, muito grande.

Pugnamos por um concelho onde se viva com qualidade de vida, onde se sinta a nossa cultura, os nossos usos e costumes, que seja uma terra digna, próspera e que nos honre a todos.

Apesar das conquistas alcançadas, é nosso dever fazer sempre mais e melhor.

O futuro do Concelho de Belmonte, continua a depender de todos nós, da nossa capacidade de criar, da nossa capacidade de desafiar o destino, da nossa capacidade de sonhar individual e coletivamente.”

Seguidamente saudou o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, por no passado mês de maio terem vindo a Belmonte o Exmo. Senhor Ministro da Cultura e o Exmo. Senhor Embaixador de Israel, que muito honrou o Concelho de Belmonte com estas duas distintas visitas que veio engrandecer uma vez mais o Concelho.

Proseguiu com uma saudação muito especial à Escola Básica Pedro Álvares Cabral vencedora do concurso Regional do Centro Circular promovida pela CCDR-C em Coimbra.

Assim como também saudou todos aqueles que colaboraram e participaram nas marchas populares de Caria e Belmonte, tendo as mesmas trazido centenas de pessoas à rua.

Asseverou ainda, que não se pode ficar indiferente à nova maneira de fazer política no Concelho de Belmonte, sendo que esta é feita através das redes sociais e na fixação de cartazes na via pública. Sendo que este procedimento era usado depois do 25 de abril, pelos partidos que não eram chamados à área da governação e que por isso utilizavam muito a fixação de cartazes. Pelo que no seu entendimento existem outras formas de fazer política, sendo a Assembleia Municipal o local onde se deve discutir política e se deve exprimir as opiniões.

No que se refere aos cartazes, deixou um apontamento muito rápido ao qual não se pode ficar indiferente, porque no seu ponto de vista acha que é uma política do bota abaixo, da maledicência, e que em nada engrandece o concelho.

Relativamente ao horário da Assembleia Municipal, informou que está previsto no Regimento da Assembleia Municipal de Belmonte e na Lei as competências do Presidente da Assembleia Municipal, remetendo os membros da Assembleia Municipal para a leitura do artigo 10º do Regimento onde menciona que compete ao Presidente da Assembleia Geral “Convocar as sessões ordinárias e extraordinárias”.

Deu ainda nota de um outro cartaz que fazia menção à rutura financeira do Município de Belmonte, e que não tinha tido qualquer conhecimento de que tivesse sido feita alguma proposta à Assembleia Municipal sobre uma rutura financeira do Município. Esclareceu que uma coisa é um saneamento financeiro e a outra coisa é uma rutura financeira. A rutura financeira implica que haja recurso ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), tendo assim outras implicações.

Referiu que é do conhecimento de todos que o Município de Belmonte está com dificuldades económicas e que as contas tinham sido apresentadas ao Executivo da Câmara.

Relativamente ao cartaz do IMI, asseverou que o partido socialista assume a sua responsabilidade e que o mesmo também estará presente para retificar caso seja necessário. Todavia, o PSD não pode só culpabilizar o PS, porque como é do conhecimento de todos foi apresentado à Assembleia Municipal uma deliberação do Executivo. Deliberação essa que foi aprovada por unanimidade e onde o PS não tem a maioria absoluta. Têm apenas dois vereadores, e que tanto o PSD como a CDU tinham votado favoravelmente. Contudo, o que o PS tinha feito, foi ratificar a deliberação da maioria do Executivo. Onde frisou que enquanto o PS era um só, o PSD eram dois, o PSD do Executivo e o PSD da Assembleia Municipal. O PSD e a CDU da Assembleia Municipal é que não tinham votado favoravelmente. Logo o PSD não deve andar a dizer que a culpa é só do PS.

Asseverou, que ainda não viu a Comissão Política do PSD, vir esclarecer estas situações, como aliás já fizeram noutras Comissões Políticas, dando o exemplo da de Castelo Branco, que quando existiu discordância entre os órgãos, os mesmos se tinham demitido. Questionando assim se também iriam colocar um cartaz a perguntar onde é que anda a Comissão Política do PSD, onde é que anda o seu Presidente, o que faz, e porque é que não toma decisões sobre estas situações. Referiu que também era conveniente que viessem esclarecer a população sobre estas situações, pois no seu entendimento não é só colocar cartazes a incriminar o PS.

Relembrou que no passado dia 11 de fevereiro de 2022, o PS tinha sido acusado através de um comunicado do PSD, aquando da eleição dos membros para a CIM, e que os mesmos tinham referido que a não eleição na altura dos representantes provoca também um dano efetivo para o Concelho, ficando arredado dos debates e votações com vital importância para este território. Ficando bastante admirado pelo PSD não ter concorrido à eleição de Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMBSE.

Referiu ainda que no passado dia 12 de maio de 2022, se realizou a Assembleia Intermunicipal da CIMBSE, tendo esta sido bastante importante, atendendo à ordem de trabalhos que tinha. Aludiu, que não tinha estado presente na Assembleia uma vez, que se encontrava impossibilitado. Contudo, tinha-se feito representar por um membro do seu partido. O mesmo não se tinha verificado com o PSD, que se tinha feito representar pela CDU. Situação que causou uma enorme estranheza em toda a Comunidade Intermunicipal. E porquê? Porque só existem dois grupos parlamentares na Comunidade Intermunicipal, que são o PS, o PSD e três independentes. E que desconhece que a nível Nacional o PSD se faça representar num órgão tão importante. Sendo que nesta Assembleia Intermunicipal da CIMBSE, estava em causa a eleição dos novos membros e executivos para o secretariado, a análise e discussão do plano de atividades e orçamento entre outros assuntos.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Acácio Dias (PPD/PSD), na Sessão da Assembleia Municipal do dia 29/04/2022, sobre as festas do Concelho onde lamentou “Que no dia 25 de abril não tenha sido transmitida em direto a sessão solene comemorativa do 25 de abril pela rádio do concelho. Terá sido uma forma de silenciar a voz de abril...”, referiu que iria deixar uma mensagem ao Senhor Deputado, uma vez que o mesmo não se encontrava presente na Sessão. Aludindo que a rádio Caria não transmitiu a Sessão Solene, devido a problemas técnicos, tendo os mesmos sido resolvidos atempadamente, o que levou a que no dia 26/04/2022, já conseguissem proceder à transmissão. Todavia e nos termos da Lei a Rádio, a rádio não está obrigada a transmitir. Contudo a rádio Caria sempre fez essas transmissões. Mas o mais grave ainda foi quando o Senhor Deputado Acácio Dias, mencionou se “Terá sido uma forma de silenciar a voz de abril...” perante esta afirmação questionou se o Deputado está a por em causa que existe censura na rádio Caria.

Prossiguiu indignado e referiu que ao fim de quarenta e oito anos do 25 de abril, ainda se venha a dizer que existe censura. Alertando que tal afirmação pode incorrer numa penalização prevista na Lei e que terá que se provar em local próprio. Questionando em que é que a rádio Caria faz censura.

Seguiu com uma outra afirmação do Senhor Deputado Acácio Dias, “Que no dia 26 de abril, dia do concelho, com a presença de tão destacados membros do governo, da embaixada brasileira e com a apresentação de um projeto que pode vir a ser o motor de arranque para o futuro do concelho, a comunicação social e em especial as televisões, tenham ignorado tal fato”, interrogando se o Senhor Deputado Acácio Dias, não tinha dado conta que os seus colegas de bancada nesse mesmo dia também não estiveram presentes. Frisando que também devia ter assinalado essas faltas, pois os membros da bancada do PPD/PSD, deviam ter estado presentes. Porque os eleitos locais nos termos dos seus estatutos deviam estar presentes nessas comemorações. Lamentando assim o sucedido.

Prossiguiu e apresentou as Moções “Caria continua a não aceitar justificação para a redução do horário do Posto da GNR de Caria” e “Instar a Administração da Caixa

Crédito Agrícola para que o horário de Serviço da agência de Caria seja das 8H30M às 15H30 ininterruptamente, bem como qual é a intenção da Administração, relativamente ao futuro da Agência de Caria”, as quais se transcrevem e junta em pasta anexa:

“Moção

Caria continua a não aceitar justificação para a redução do horário do Posto da GNR de Caria.

Considerando que:

O Posto de Caria serve as freguesias de Caria e Inguias (Belmonte) e de Peraboa (Covilhã) e a localidade de Trigais, uma área com habitações muito dispersas, por vezes isoladas, onde a população é bastante envelhecida, pelo que, também por esta realidade, é fundamental manter em pleno funcionamento o posto e o respetivo serviço garantindo a segurança destas populações.

O encerramento dos Postos da GNR provoca grande descontentamento na população e aumenta o sentimento de insegurança. Apesar de vivermos tempos excecionais, devido à existência de uma pandemia, não pode o Estado abandonar o seu território e deixar as populações ao sabor da sua sorte, principalmente em territórios de baixa densidade e com população envelhecida.

Desde o ano de 2016 que temos assistido a várias tentativas de redução de funcionamento do Posto Territorial da GNR de Caria, concelho de Belmonte.

Este posto tem uma área de intervenção de cerca de 110Km2 abrangendo os concelhos de Belmonte e Covilhã nomeadamente as Freguesias de Caria, Inguias e Peraboa.

Entre avanços e recuos nestes últimos 4 anos e desde outubro de 2020, após a infeção por SARS-Cov2 de 50% do efetivo, o posto funciona como posto de atendimento reduzido, ou seja, um mero local de atendimento administrativo entre as 8h e as 16h.

A segurança é um direito consagrado na Constituição da República Portuguesa - artigo 27º (Direito à liberdade e à Segurança) assim como é tarefa fundamental do estado promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses (artigo 9º alínea d). Como habitantes não sentimos que estes direitos fundamentais estejam a ser cumpridos na íntegra e exigimos que o Posto Territorial da GNR de Caria volte a funcionar 24 horas por dia cumprindo todas as funções que lhe são inerentes.

Exigimos ainda que sejam colocados os militares necessários ao seu normal funcionamento sendo para tal fundamental a colocação de um Sargento para comandar o Posto Territorial de Caria.

Que para além do direito á Segurança ser um direito constitucionalmente consagrado e garantido, a concretizar-se tal reestruturação, nos moldes que têm vindo ao conhecimento público, será posta em causa, não só a segurança das populações mais urbanas, mas também de toda uma vasta zona de população dispersa e de explorações agrícolas.

Que a retirada deste e de outros serviços públicos de proximidade, não só coloca em causa os direitos das populações a esses serviços, como também, contribui de forma significativa para o aumento da desertificação destas regiões.

Que a população do interior sofreu bastante com a migração da população para as zonas litorais e associado a este fenómeno, o interior assiste também à migração de serviços, que tendem a desaparecer em inúmeras localidades rurais.

Que a população que permanece no interior, vinca a importância da presença/manutenção dos serviços que ainda resistem ao fenómeno da desertificação, sendo a presença física dos postos territoriais da GNR um desses exemplos.

Que a criminalidade evoluiu e a população sente que a presença da GNR é fundamental para dissuadir esses eventos criminais, garantindo a segurança das inúmeras propriedades que permanecem, grande parte do tempo desabitadas, com a migração da população do interior para o litoral e outras em virtude da emigração para outros países.

Que para além da defesa pela permanência dos atuais postos, a população do interior, preocupa-se também, com a falta de efetivos.

Que esta constata que a instituição acompanhou o fenómeno da desertificação populacional, fazendo-se sentir a diminuição do número de militares da Guarda nos Postos da GNR.

Considerando tratar-se de "mais um passo para um futuro encerramento definitivo dos postos" da GNR, temos de admitir, avançar "com outras formas de luta" caso a situação se mantenha "pondo em causa a segurança de pessoas e bens", uma vez que a estratégia é de esvaziar de recursos para justificar medidas desta natureza e a seguir avançar com o encerramento destes serviços o que não aceitamos.

Assim e face ao exposto, propomos:

1-Fazer oposição a esta medida, exigindo, que o Posto de GNR da vila de Caria volte ao seu horário normal, sem deixar de ter em conta a realidade social e o carácter permanente e ininterrupto do serviço, fundamentalmente de carácter operacional, para cumprimento das atribuições cometidas á Guarda e não passe a ser um mero local de expediente, o que seria um primeiro passo para o seu encerramento definitivo a curto prazo.

2-Remeter a presente MOÇÃO às seguintes entidades:

Presidente da República

Presidente da Assembleia da República

Grupos Parlamentares

Ministro da Administração Interna

Comandante Geral da GNR

Comunicação Social”.

“Moção

De acordo com a informação afixada nas instalações da Caixa Crédito Agrícola-Agência de Caria o horário do serviço realiza-se todos os dias da semana das 8H30 às 12H30, e das 13,30 horas ás 15,30 horas, não respondendo por isso às necessidades da população da Vila de Caria e limítrofes”.

- 1. Considerando que os serviços bancários são essenciais sendo mesmo legalmente obrigatório o uso de alguns destes serviços nas transações de natureza pecuniária;*
- 2. Que a agência da Caixa Crédito Agrícola situada na Vila de Caria é a única;*
- 3. Que a esta agência se desloca população de concelhos e freguesias limítrofes;*
- 4. Que o índice de utentes idosos é muito elevado sendo esta faixa de população constituída por muitos pensionistas que para além de outros serviços bancários acedem quotidianamente às suas reformas e pensões;*
- 5. Que a as alternativas eletrónicas online não estão à disposição da grande maioria dos cidadãos desta faixa etária, por razões, desde logo, de natureza económica e financeira, mas também por falta de conhecimento e de confiança nos sistemas e em si próprios;*
- 6. Que para os utentes em geral, comerciantes e outros profissionais esta representa a proximidade dos serviços bancários indispensável;*

7. *Que os utentes só podem proceder aos Depósitos, Levantamentos e Pagamentos das 8,30 h às 12,30 horas e das 13,30 horas e das 13,30 horas às 15,30 horas, para Abertura de Contas, Financiamentos, Seguros, etc.;*

8. *Que os trabalhadores por conta de outrem têm de faltar ao serviço pelo facto da Agência encerrar das 12h30 às 13h00;*

9. *Sinal da necessidade de alargamento do serviço da agência da Caixa Agrícola de Caria é o afluxo de utentes, gerador das filas visíveis naquelas instalações;*

10. *Que a Caixa Crédito Agrícola é por natureza uma entidade de prestação de um serviço público;*

11. *Que o alargamento do serviço melhoraria significativamente a vida da população.*

Propomos que seja deliberado:

“Instar a Administração da Caixa Crédito Agrícola para que o horário de Serviço da agência de Caria seja das 8H30M às 15H30 ininterruptamente, bem como qual é a intenção da Administração, relativamente ao futuro da Agência de Caria.”

A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente esclareceu o PS que foi a CDU que representou o PSD na reunião da Assembleia Intermunicipal da Beira e Serra da Estrela no passado dia 12/05/2022, uma vez, que é a CDU que se encontra em segundo lugar na lista que o PSD apresentou. Facto que aconteceu porque o membro do PSD que se encontra em primeiro lugar não pode comparecer na referida Assembleia, convocando o que se encontrava em segundo lugar nessa lista. Pelo que questionou qual era o problema do PS. Se era o do PSD se ter feito representar por um elemento de peso.

Prosseguiu e apresentou as suas intervenções as quais se transcrevem e se juntam em pasta anexa:

“Posto da GNR de Caria

A CDU dá os parabéns ao povo de Caria e ao Presidente da Junta de Freguesia pela recente manifestação contra o reduzido horário do posto da GNR e pela forma como expressaram a sua indignação.

A CDU sempre se manifestou contra o encerramento do posto da GNR bem como contra a redução do seu horário, de acordo com a posição pública de 10 de agosto de 2020 que vou passar a ler e anexo a esta intervenção:

O Posto da GNR de Caria não pode encerrar

O Posto da GNR de Caria não só não pode encerrar como tem de recuperar o funcionamento total e, para isso, tem de ter, obrigatoriamente, um reforço de meios humanos.

Foi com muita preocupação que a CDU teve conhecimento da resposta do Comando Geral da Guarda Nacional Republicana a mais uma moção aprovada na última reunião ordinária da Assembleia Municipal de Belmonte, sobre o encurtamento do horário de funcionamento do posto da GNR de Caria.

Este é mais um serviço público que corre o risco de encerrar portas num concelho e num distrito que rumam rapidamente para uma situação de despovoamento generalizado e em que se não forem tomadas medidas, passaremos a ter um concelho, um distrito, uma região onde vão imperar o envelhecimento e o empobrecimento.

Ora, ao contrário do que alguns nos querem fazer crer, o envelhecimento, o empobrecimento e o despovoamento do interior do país não têm causas naturais. São consequência de anos e anos de políticas que deliberadamente têm expulsado as populações do interior do país - umas para o litoral, outras para o estrangeiro – que têm levado ao encerramento de serviços públicos essenciais, com a falsa ideia de que não há populações que os justifiquem. Mas o que se passa é exatamente o contrário: as populações são expulsas do interior do país porque não têm condições para lá permanecer. A falta de população não é causa do despovoamento. É consequência. As causas radicam na desindustrialização do país, na falta de apoio à agricultura familiar, na ausência de incentivos à fixação das populações, no encerramento de escolas, de serviços de saúde, de tribunais, de balcões da segurança social, até de freguesias...

E é neste turbilhão de políticas erradas que não podemos calar a indignação pela tentativa de morte de mais um serviço público, no nosso concelho, como é o posto da GNR de Caria. Alguém tem dúvidas de que de encolhimento em encolhimento no horário e no número de operacionais, se chegará ao encerramento final?

A CDU insta a Junta de Freguesia de Caria e os órgãos autárquicos municipais a tudo fazerem para não deixar cair este importante serviço público e apela à população para que se mantenha alerta, que lute pela reversão do retrocesso a que nos querem sujeitar e pela criação de melhores condições de segurança, essenciais para o dia-a-dia, essenciais para a criação de um futuro digno.

Também a deputada da CDU Paula Santos, apresentou na Assembleia da República, a 9 de junho de 2017, uma questão dirigida ao Ministério da Administração Interna, que vou passar a ler e anexo a esta intervenção:

Pergunta do PCP ao Governo sobre os Postos da GNR no Concelho da Covilhã e no Concelho de Belmonte

Destinatário: Ministro da Administração Interna

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

São conhecidas a degradação de instalações de alguns Postos da GNR no concelho da Covilhã, nomeadamente dos Postos da GNR de Unhais da Serra, Paul e Tortosendo.

O Posto da GNR do Paul tem problemas de infiltrações que exige uma intervenção de requalificação, o de Unhais da Serra não tem condições para o fim a que se destina e o do Tortosendo está instalado num edifício habitacional, desadequado para as funções a que se destina.

Por exemplo, o Posto da GNR do Tortosendo encontra-se em instalações provisórias há 15 anos, exíguas e sem condições de trabalho e sem condições de atendimento da população, e que impossibilitam o reforço de efetivos, nem têm em conta a dimensão e diversidade da área de abrangência (mais de 15 mil pessoas, área industrial, estabelecimentos de ensino, estabelecimentos comerciais diversos e unidades hoteleiras). Importa referir que este Posto da GNR de Tortosendo é um Posto Territorial Coordenador de Tortosendo, Paul e Unhais da Serra. A solução para o Posto da GNR de Tortosendo passa pela criação de novas instalações que respondam às necessidades, que segundo proposta da Assembleia Municipal da Covilhã pode passar pelo reaproveitamento de antigas instalações fabris no setor têxtil que estão atualmente devolutas.

Foi tornado público que os Postos da GNR do Paul e do Tortosendo constarão de uma lista de intervenções previstas pelo Ministério da Administração Interna, mas quanto ao de Unhais da Serra nada é referido.

Tivemos também conhecimento que estará previsto o encerramento do Posto da GNR de Caria no concelho de Belmonte. Tal a concretizar-se não contribui para a segurança das populações em proximidade.

Ao Abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, solicitamos ao Governo que por intermédio do Ministério da Administração Interna, nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. O governo confirma que estão previstas intervenções nos Postos da GNR do Paul e do Tortosendo? Em caso afirmativo qual a natureza das intervenções e qual o montante de investimento?

2. Em relação ao Posto da GNR do Tortosendo a resolução do problema das instalações passa pela criação de novas instalações numa antiga indústria têxtil como sugere a Assembleia Municipal da Covilhã?

3. Considerando que o Posto da GNR de Unhais da Serra também padece de problemas, para quando está previsto intervir no sentido das suas instalações responderam às necessidades e à missão da GNR?

4. Confirma a intenção de encerrar o Posto da GNR em Caria? Em caso afirmativo qual a razão? Como pretende assegurar a segurança das populações em proximidade?

O Governo como sempre respondeu de forma redonda sem assumir os seus verdadeiros objetivos, pois, a submissão à União Europeia e a obsessão pela redução do déficit leva-o a cortes no financiamento dos serviços públicos e à sua progressiva liquidação, sendo a segurança das populações um bom exemplo desta política.”

“Bairro Ferroviário de Belmonte

Sobre a recente demolição do Bairro Ferroviário de Belmonte, a deputada da CDU Paula Santos, apresentou na Assembleia da República a seguinte questão ao Ministro das Infraestruturas e Habitação, que vou passar a ler e anexo a esta intervenção:

O Grupo Parlamentar do PCP teve conhecimento que a Infraestruturas de Portugal demoliu recentemente seis antigos fogos de habitação de pessoal de serviço na Estação de Belmonte.

Tratava-se de um imóvel de piso térreo com área bruta total superior a 500 m², mais logradouro, há muito sem utilização, evidenciando degradação. Construído em alvenaria de pedra de qualidade, segundo referências locais, as paredes exteriores apresentavam ainda pintura de cor branca, mantendo o telhado a sua geometria bem definida.

A construção do edifício, tudo indica centenário, de traço pré modernista, pode remontar ao final do século XIX uma vez que a inauguração do último trecho da Linha da Beira Baixa, entre Covilhã e Guarda, ocorreu em 11 de maio de 1893.

Pela valorização da memória do património construído e atendendo à degradação das condições de vida dos trabalhadores e do povo, dado o aumento exponencial do custo de bens essenciais e os baixos salários e pensões, teria sido importante aproveitar este espaço para o desenvolvimento de projetos de habitação apoiada ou condicionada, ou outra, em articulação com o Poder Local, nomeadamente a Câmara Municipal de Belmonte, no sentido da sua requalificação e aproveitamento público.

A demolição representará menos custos e menos tempo para alienação de um bem que exige manutenção, mas este procedimento tomado sem auscultar o Poder Local e a população do Concelho de Belmonte é incompatível com a responsabilidade social duma estrutura como a IP.

Assim, ao abrigo da alínea d) do artigo 156.º da Constituição e nos termos e para os efeitos do artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do PCP solicita ao Governo os seguintes esclarecimentos:

1. Qual a política de enquadramento das decisões sobre o destino a dar a instalações e equipamentos ferroviários considerados pela IP sem utilidade, seja por

obsolescência, seja em consequência da implementação do modelo neoliberal que continua a ser imposto ao setor ferroviário?

2. Não deveria ter a IP a obrigação de comunicar formalmente e antecipadamente às Câmaras Municipais a intenção de destruir instalações e equipamentos situados nos respetivos municípios?

3. Tem a IP a incumbência formal de registo das instalações e equipamentos já destruídos e a destruir para memória futura e estudo?

4. A valia arquitetónica e industrial de instalações e equipamentos ferroviários considerados pela IP sem utilidade e alvo de destruição, é avaliada por estruturas autónomas no quadro de uma política nacional de preservação da memória do património construído?

5. A IP, no âmbito do modelo mercantilizado do sistema ferroviário que o Governo lhe atribui, decide por si própria o património a destruir?

6. Está o Governo em condições de fornecer informação de todas as instalações e equipamentos que a IP pretende destruir no âmbito dos processos em curso, em fase de intenção, em fase de projeto e em fase de obra?

O documento foi apresentado a 20 de junho, pelo que ainda estamos a aguardar resposta e solicitamos que o município também demonstre o seu descontentamento, junto do governo, para que tal deixe de acontecer noutras localidades do país.”

O Senhor Deputado José Alves (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Águas Residuais

*1. Relativamente a este assunto que nos está a preocupar devido à sua importância para o ambiente e para a saúde pública, temos acompanhado com atenção a rede de águas residuais do Município, tendo constatado alguns problemas ambientais e de saúde pública, sendo que já aqui por nós foram expostos anteriormente. Agora trazemos outro bem mais grave que aponta para crime ambiental e que viola o nosso Regulamento Municipal designado como “**Regulamento do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas**”. No que diz respeito às fossas céticas podemos verificar que o Município está a violar o seu próprio regulamento, nomeadamente nos artigos 11º, 35º e 36º.*

2. Deparámo-nos com a existência de fossas de retenção de sólidos, designadas por fossas céticas, que funcionam como decantadores/separadores de sólidos e líquidos. São exemplo disso uma fossa que recolhe as águas residuais da povoação de Inguias, e outra que recolhe o lado Nascente da Vila de Belmonte;

3. Este tipo de “equipamento” obsoleto, não permite tratar os efluentes para posteriormente serem enviados para as linhas de água, tendo estes que ser transportados para local próprio;

4. Por outro lado, os sólidos também têm de ser retirados e levados para local próprio.

Atendendo ao exposto, e após a visualização do vídeo que consta da página do Município, oriundo da Divisão Técnica alertando para aspetos importantes a ter em conta pelos munícipes, gostaria de ver respondidas as seguintes questões:

a) Quem faz a manutenção destes tanques, sendo que alguns estão rotos e a provocar danos ambientais e de saúde pública?

b) Quem e como é que estes são despejados e qual a sua periodicidade?

c) Estando situados em propriedades privadas, existe algum tipo de acordo para com os donos das mesmas?

d) Por último, não conseguimos perceber como é que dinheiros dos nossos bolsos estão a servir para pagar a limpeza de uma dessas fossas quando pagamos a uma empresa para tratar da rede residual com as “Águas do Vale do Tejo”?

e) Qual o tipo de contrato com esta empresa, qual o seu caderno de encargos e respetivas responsabilidades?

a) Gostaria ainda de saber como posso ter acesso às análises aos efluentes das ETAR's, pois nada é referido no site do Município?

Gostaríamos aqui de deixar o alerta para o cumprimento do Decreto-Lei 147/2008 de 29 de Julho na sua redação atual e alertar o executivo para a obrigatoriedade deste em evitar eventuais crimes ambientais ou de sermos arrastados para a praça pública com situações que em nada contribuem para a dignificação do nosso território.

Relembro ainda que a GNR-Ambiente visitou recentemente um destes locais, fotografou e irá proceder ao respetivo auto, como deverá ser já do vosso conhecimento.

Queremos aqui deixar bem explícito que estamos ao dispor para colaborar na resolução deste problema que poderá ter graves repercussões na imagem da nossa terra.”

“Rede Viária Municipal

Voltamos a alertar para o estado em que se encontra a nossa rede viária. Aquilo que agora se resolveria apenas com a camada de desgaste, obrigará após o próximo inverno, a uma intervenção muito mais dispendiosa com intervenção na camada seguinte. Para além disso, a sinalização vertical e horizontal ou não existe, ou está desatualizada, podendo o município vir a ser chamado à responsabilidade com algum acidente que possa ocorrer. Para além disso relembro que os estragos ocorridos nos veículos e outros bens, podem vir a ser reclamados pelos cidadãos.

Apelamos ao executivo municipal que faça uma gestão financeira de qualidade, com definição de prioridades, deixando cair projetos megalómanos ou inconsequentes e aposte no seu dever de gestão eficiente dos recursos escassos que possui.

Nessa senda, e de acordo com a promessa manifestada no dia de aprovação das taxas de IMI, foi assumido pelo Senhor Presidente do executivo que o dinheiro de um determinado imposto seria para cuidar da rede viária municipal.

Perguntas:

Gostaria que informasse esta assembleia sobre o lançamento de procedimento concursal com vista à melhoria da rede ou se ainda está em fase de projeto?

Se está em fase de projeto quais as prioridades de realização das empreitadas?

Se nada foi feito, de que estamos à espera para iniciar pelo menos o projeto?

Tendo dito !!!!!”

O Senhor Deputado Tiago Gaspar (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Bom dia a todos. Votos de um bom trabalho.

Quero começar por falar num dirigente político nacional, um ilustre dirigente político. Tão ilustre que tem de se colocar em bicos dos pés, para se ver. Este político é o mesmo que termina uma intervenção com uma frase de Balzac a falar de vaidade.

Relativamente ao posto de Caria, vens agora falar que tu conhecias o problema, que até estavas disposto a ajudar, mas só com convite formal, quando se fosses um bom político, tinhas sido proativo e já tinhas oferecido ajuda, pois foi o que prometeste em campanha. Já lá vão 8 meses, e que eu tenha conhecimento não foste oferecer essa ajuda aos presidentes de junta. Mas isso é uma característica dos interessados, tu não és.

O tal que apregoava um novo rumo! Agora o rumo que apoia é o mesmo, o rumo da rutura financeira.

O mesmo que exigia uma auditoria! Agora quer outras coisas!

O candidato, que durante a campanha foi capaz de enumerar inúmeros erros à gestão da câmara municipal! Agora deixou de haver erros, com toda a honestidade quer apenas um pelouro, se o presidente considerar que assim deve contribuir.

O político, que no debate na RCB, em campanha eleitoral, e à pergunta da moderadora se ia manter a tradição de Belmonte, na qual os vereadores são eleitos para a oposição e passado pouco tempo mudam de lado, afirmou perentoriamente que a tradição tem que ser quebrada.

Disse também que se a câmara for governada mais 4 anos pelo PS, é necessário que tenha uma oposição forte. Concluindo, e novamente em resposta a pergunta direta da moderadora, mantenho-me vereador da oposição, claro que sim!!!

Disse que mudou para as Inguias efetivamente e não apenas mera intenção. Já lá vives?

Prometeu abrir escritório da empresa aqui ao lado. Já existe?

O que para justificar a sua licenciatura chegou ao cúmulo de apresentar um documento suíço. Agora até já é tratado por dr. Pelo sr. Presidente!? Para quem te tratava por Sr. Correia e agora já é Dr. André Reis, parece até, que te licenciaste em 8 meses. Mas, já és licenciado? Compreendo a dificuldade em arranjar um documento comprovativo de habilitação em Portugal, isto para quem não a tem, é mais fácil na Suíça?!

O tal que antes fazia questão e até se indignava, em causa própria, por ser André Reis, mas agora já gosta de ser Sr. Correia.

O André passou por cá, disse que ficava, mas não ficou, disse outras coisas e agora diz outras. Eu não tenho problema nenhum em reconhecer que me enganaste, até porque eu confio nas pessoas até prova em contrário, e tu passaste na prova com distinção.

Questiono agora o sr. Presidente, será que vamos inverter os papéis, depois de ficar aqui explicito o que o André é, e que na campanha vocês já diziam. Será que o sr. Presidente vai agora dar guarida a quem antes criticou?

Quero que a partir de hoje fique bem claro, o André não tem nada a ver com esta bancada nem com todos os elementos que a compõem.

É pena, que num mundo consumista como o atual, há coisas que não se compram, como é o caso dos valores. Percebemos isso em ti.

Deixo-te agora um pedido. Faz-nos um favor, quando voltares a sair do concelho, que acredito será em breve, não voltes mais, abdica desse lugar. Para que o mesmo seja dignamente ocupado pela Ana Louro que efetivamente merece muito mais do que tu!

Segundo Ponto:

Aqui quero dar ênfase ao resultado da governação do Sr. Presidente, pois pode gabar-se até de ter colocado Belmonte na página de um jornal diário com maior tiragem nacional, o lado mau nesta notícia, é que foi pelas piores razões, pois Belmonte aparece

como um dos 20 municípios em rutura financeira, isto é, municípios com índice de dívida superior a 1,5 vezes a média da receita corrente dos 3 anos anteriores, neste município esse índice é já muito perto de 2. É por aqui que o Sr. Presidente pretende continuar?

Depois quero também falar do Bloom Consulting Portugal City Brand Ranking que foi divulgado há muito pouco tempo, Este é um estudo que permite entender a realidade das marcas territoriais portuguesas. Diz o seu sócio diretor, Filipe Roquette, Ao longo dos últimos dois anos, temos trabalhado com territórios de norte a sul do país e nas regiões autónomas de forma a preparar um futuro pós-covid. Esta edição do Bloom Consulting Portugal City Brand Ranking© demonstra – não necessariamente de forma exclusiva pelas posições ocupadas – mas sim pela melhoria significativa dos municípios, mais bem preparados nas interações com os seus públicos-alvo e na capacidade de atração de pesquisas proativas sobre o seu território. Utilizando as suas palavras, parece que o concelho de Belmonte não estava, nem está preparado nas interações com os seus públicos-alvo e na capacidade de atração de pesquisas proativas sobre o seu território.

Estamos nós num concelho que nos últimos tempos já gastou um bom dinheiro em estudos e consultorias, dois quais nem os vemos, nem vemos resultados dos mesmos. Ainda ontem se celebrou mais um contrato para: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTADORIA PARA O APOIO AO EMPREENDEDORISMO E DINAMIZAÇÃO ECONÓMICA, no valor de 19.950€, com a Make Progress, empresa esta que desde 2014 e de já faturou ao município 217.450,00 €, mas os resultados não melhoram.

E quero falar em dados para demonstrar isso mesmo, e nada melhor para medir uma performance destas do que comparar, e eu vou apresentar aqui alguns dados deste estudo em comparação com outro município um pouco semelhante ao nosso, digo eu, até bastante mais limitado, uma vez que não tem acesso direto a uma auto estrada, nem caminhos de ferro. E falo do concelho também do interior, com 5671 habitantes, segundo os censos 2021, que dá pelo nome de Sernancelhe, muito bem presidido pelo meu amigo Silva, excelente pessoa e muito empreendedor.”

O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e esclareceu o Senhor Deputado Tiago Gaspar (PPD/PSD), sobre o que é a rutura financeira, reportando o mesmo para o Decreto-Lei N.º 38/2008, de 7 de março, onde menciona que “Em situação de rutura financeira Municipal, a competência de autorização para a sujeição do Município ao mecanismo de reequilíbrio financeiro pertence à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal”.

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente

“Sr. presidente da Assembleia Municipal, senhoras e senhores deputados, senhor presidente de Câmara, Senhor Vice-Presidente, senhores vereadores, senhoras e senhores funcionários, senhoras e senhores jornalistas, caros concidadãos.

O Grupo Parlamentar Municipal do PSD entregou requerimento à mesa na reunião de dezembro de 2021, solicitando o acesso a informação que consideramos básica para que esta Assembleia pudesse não apenas inteirar-se de áreas chave da governação deste concelho, mas, essencialmente, poder intervir apresentando sugestões, medidas alternativas com valor acrescentado para este concelho, que é de resto o que temos feito desde a primeira hora.

Na passada segunda-feira, foi-me remetida a resposta a esse requerimento. Solicitei ao sr. Presidente da AM que se dignasse distribuir esse documento por todos os membros desta Assembleia. Recebi ontem a resposta que vou citar:

Incumbiu-me o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Amândio Melo de informar, que todos os assuntos de interesse da Assembleia Municipal, serão comunicados pela Mesa da Assembleia amanhã na Sessão da Assembleia Municipal.

Pois bem, nada foi comunicado. Estranha-se que o sr. Presidente partilhe informações pelos membros respeitantes a conferências, eventos, ..., mas este documento de grande importância porque contém as respostas ou a falta delas para perguntas chave neste concelho, considera que não deve ser partilhado. Uma vez que não foi disponibilizado, presumo que também não o foi à comunicação social, irei apresentá-lo eu próprio por entender ser relevante.

Inicia-se com 'Exmo. Sr ... Membro da Assembleia M. de Belmonte, Malpique'. Ora, o requerimento foi apresentado em dezembro de 2021 pelo Grupo Parlamentar Municipal e não pelo António Cardoso Marques. Se o sr. se quer dirigir a mim como resposta a um pedido do GPM, deve dirigir-se a mim como líder de bancada, ao abrigo do artigo 53º do regimento desta AM e no seguimento da comunicação que lhe foi enviada a 29 de dezembro de 2021 relativa à constituição deste grupo parlamentar.

E o que é a referência a Malpique? O que importa a aldeia onde resido na resposta ao requerimento apresentado pelo GPM?

Mas vai ainda mais longe. No assunto consta Informações solicitadas pelo Grupo eleito do PSD. Grupo eleito pelo PSD? Quer referir-se ao Grupo Parlamentar Municipal eleito pelo PSD? Que por sinal ganhou claramente as eleições para a AM e o senhor sabe bem disso. Aliás, foi a sua segunda derrota consecutiva em eleições autárquicas.

Em relação à transmissão online das Sessões da Assembleia Municipal fomos informados, em reunião, que atualmente não existem condições para se efetuarem. Recordo aqui aos Srs. Deputados que a recomendação para que as AM fossem disponibilizadas online foi aprovada por unanimidade. Repito, por unanimidade. O que tem o GPM do PS a dizer sobre este não cumprimento reiterado desta recomendação? Serve esta AM apenas para aprovar aumentos de IMI ou votos de louvor?

Sobre as moções apresentadas pelo GPM do PS acerca da GNR e Crédito Agrícola:

Declaração de voto:

O GPM do PSD vota a favor das duas moções a favor da manutenção de dois serviços considerados essenciais na freguesia. No entanto, este GPM faz notar que elas estão deficientemente formuladas ao não reconhecerem que a solução passa para inversão do que tem sido feito nas últimas décadas. Assim, é necessário proceder à infraestruturação da freguesia, ao investimento, à captação de população, e à criação de emprego, de forma a tornar a freguesia e o concelho atrativos para investir e viver. Esses investimentos não têm sido feitos, nem sequer ao nível da mobilidade básica, como é prova evidente a ponte de São Sebastião, que nem uma passagem pedonal contempla.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, tomou a palavra e clarificou o Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), que o envio do e-mail com o ofício às respostas ao requerimento apresentada pelo Grupo Parlamentar Municipal do PSD, foi enviado para o mesmo, uma vez que tinha sido o Senhor Deputado António Marques, a enviar o requerimento para a Assembleia Municipal. Não compreendendo o porque da sua indignação.

O Senhor Deputado Carlos Gomes (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

Sobre a “WIT Software” queria que o Sr. Presidente, me fizesse o ponto de situação, foi prometido que chegavam aí os brasileiros, eu não os vejo em lado nenhum, se eles estão gostaria que o Sr. Presidente fizesse o ponto de situação sobre este assunto.

Dizer ainda, que a Câmara alugou as casas e se não há brasileiros estamos a pagar rendas de casas que não estão a ser ocupadas e também queria que desse uma palavrinha sobre isto.

Para terminar, vou reforçar ao Sr. Presidente da Assembleia, que eu exijo os documentos da “WIT Software” e os contratos de arrendamento das casas. Dizer-lhe ainda que o prazo por lei são 10 dias e já lá vão 2 meses, por isso, venho reforçar o pedido e dizer-lhe que não abdicó dos documentos.

A Senhora Deputada Telma Matos (PPD/PSD), tomou a palavra e cumprimentou os presentes. Seguidamente apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Aproveito mais uma vez, a oportunidade para demonstrar o meu total desagrado pela não transmissão desta reunião, e se dúvidas existissem, fica provado que o motivo para a não transmissão nunca foram os problemas técnicos, mas sim, na minha opinião uma postura de limitar o acesso à informação.

Quanto ao tema da Manifestação em Caria com o propósito de manter o funcionamento do posto as 24 horas do dia, quero parabenizar todos os manifestantes e organizadores pois tive o privilégio de me cruzar por estes dias nas proximidades do posto com representantes da GNR, nomeadamente com o Senhor Comandante Territorial e assim demonstrar que o primeiro objetivo foi conseguido – o tema do posto de Caria, ainda é tema de discussão e reunião e isso deixa todos os Municípios servidos pela GNR de Caria com mais esperança no futuro!!!

Afinal é ainda possível fazer mais e melhor depois de tudo o que já foi feito.

Também gostaria de comentar algumas afirmações ditas pelo Senhor Deputado Independente André Reis à comunicação social. De referir que aceito a sua opinião, como a de todos mesmo mal concordando com ela, agora nunca poderei aceitar que identifique a “sua oposição” como sendo os elementos que foram eleitos pelos mesmos eleitores que o elegeram.

Na sua posição, se não me identificasse com a postura e política dos elementos que foram eleitos pelos mesmos que o permitem estar aí sentado, pedia a minha substituição e ia à minha vida que infelizmente não passa por ir deixando cair grãos de um bolso roto na esperança de conseguir uma galinha gorda ou mesmo um poleiro.

Não se identificando com a conduta da sua dita oposição apressa-se a mostrar toda a sua disponibilidade em agradar a quem deixou de ser oposição.

Por fim aproveito para concordar com as palavras do Senhor Presidente da Câmara quando diz que Caria e Belmonte estão afastadas e agastados, no entanto não posso deixar de relembrar que situações como a triste iluminação de Natal, a não descentralização das festas do Concelho e a não cobertura de alguns inventos em Caria, nomeadamente o São João, e que no mesmo período atividades noutra freguesia inundam as redes sociais criam dúvidas e ditos que podiam ser evitados.

Quanto à manifestação em Caria e aceitando a sua opinião, embora considere que se possa sempre fazer mais, também não caiu bem à população servida pela GNR de Caria, o facto de o Senhor Presidente ter dito que mesmo que tivesse sido informado ou convidado ia decidir ou não a sua presença. Não foi um momento bem aceite nem interpretado.

Como já tive oportunidade de referir na Sessão anterior “vamos deixar os lados para nos juntarmos ao centro, vamos discutir ideias, resolver problemas, realizar projetos e torna-los reais no presente para melhorar o futuro do nosso Concelho”

Tenho dito”.

O Senhor Deputado Rodrigo Bernardo (PPD/PSD), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“A minha intervenção começa por relembrar um assunto para que não caia em esquecimento: a mobilidade no concelho de Belmonte. Vivemos num concelho onde a mobilidade é extremamente reduzida, onde existem pessoas privadas de transporte público. Os horários não se encontram adequados às necessidades, como por exemplo a deslocação para o emprego, o que obriga as pessoas a terem o seu próprio carro, ou então, têm de andar à boleia. Muitos chamam táxis, já que os horários de partida e regresso de Belmonte são completamente desajustados. No que diz respeito a transportes para o concelho vizinho, a Covilhã, estes são inexistentes. Nem sequer existe o cuidado de adequar os horários dos autocarros existentes ao horário do comboio nas estações de Belmonte e Caria. Como pode uma pessoa, sem carro próprio e limitações financeiras, deslocar-se ao hospital?”

Isto não são sinais de um concelho desenvolvido. Debatam sobre este assunto, pois penso que é de maior importância, do que perder tempo a debater se é com “o” ou com “u” que se a rotura que se vive neste concelho.

No portal <https://www.base.gov.pt/>, encontram-se dois contratos de aquisição de serviços de consultadoria para o apoio ao empreendedorismo e dinamização económica de praticamente no valor de 20 000€ cada um. Estes contratos têm apenas um distanciamento temporal de 4 meses. A nossa bancada quer assim requerer o caderno de encargos deste contrato. Tendo em conta a recorrência tão frequente a este serviço gostávamos ainda também de obter uma avaliação do serviço prestado pela entidade em questão, tendo em conta que é difícil perceber onde está o empreendedorismo gerado no concelho por este mesmo serviço.”

O Senhor Presidente da Junta de Freguesias de Caria, Silvério Gavinhos Quelhas, tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Bom dia a todos os presentes,

1. Antes de mais quero agradecer publicamente ao Sr^o José Figueiredo todo o apoio e ajuda no processo documental de contratação da retroescavadora e trator adquiridos pela Freguesia de Caria.

Tem sido incansável, mesmo fora de horas, liderou todo o processo documental e tem sido a peça chave para que todos os requisitos pudessem ser cumpridos e se pudesse concretizar o negócio.

Muito obrigado

2. Agradecer também à Câmara Municipal o apoio que irá ser concedido na aquisição desse mesmo equipamento. Relembro ainda que o mesmo já foi entregue no dia 24 deste mês e já se encontra ao serviço da Freguesia. Temos alguns trabalhos

pendentes e em parceria com a Câmara Municipal gostaríamos de fazer mais para otimizar o investimento.

3. Trago também 2 mensagens do Povo de Caria para o André Reis, e que me pediram que pudesse aqui transmitir, pois como nunca mais o viram não lho podem dizer diretamente.

A 1ª mensagem, é: “as pessoas que votaram em ti sentem-se envergonhadas e enganadas, e não és Bem-vindo a Caria”. Esta é a primeira mensagem.

- Falas muito bem, mas não passas disso mesmo, falar, falar.....

- As eleições foram a 26 de setembro, depois desse dia deu-se um eclipse, desapareceste por completo

- Onde estavas quando perdemos por 1 voto a Presidência da Assembleia Municipal, mesmo tendo ganho as eleições?

- Que posição pública tomaste? Não nos defendeste. Fomos abandonados

- Onde estavas quando foi a tomada de posse da Freguesia de Caria a 13 de Outubro

- Onde estavas quando foi a votação e tomada de posse da Assembleia Municipal

- Quais as atividades em que participaste na Freguesia até agora?

- ... e não vale a pena adiantar mais. Até o partido que te elegeu tu deixaste para trás.

- Se realmente estás preocupado com o processo da GNR, o que fizeste neste tempo todo? Nada, rigorosamente nada. E agora acordaste porque viste na TV”

- Se queres fazer alguma coisa, então demonstra, chega-te à frente. Muda a opinião das pessoas que te elegeram. Tu até conheces os Srs do poder (segundo o que disseste)

- Levamos-te ao colo para chegares até aí. Tens uma dívida enorme com o povo de Caria.

- É um dever cívico defender o posto da GNR de Caria, não se trata de cores políticas, e como membro da Câmara Municipal, ou a título particular deverias apoiar. Já assinaste o abaixo-assinado?

- Caso não saibas, mas quando fazemos atividades temos por hábito enviar mail para a Câmara Municipal a convidar os elementos do Executivo e estende-se aos restantes elementos.

- Se tivesses estado presente no dia da festa do Girassol (festa de cariz solidário) tinham-te dito pessoalmente o que iria acontecer no dia 21, dia da manifestação.

- É Típico dos inúteis fazerem-se de vítimas. Tu é que abandonaste o barco ainda nem a viagem tinha começado. Mas assim a trabalhar também não fazes cá falta.

E para terminar, porque já perdi demasiado tempo com um assunto que não interessa, a 2ª mensagem do Povo de caria é “vai trabalhar rapaz, em vez de te andares a oferecer para te pendurares na Câmara Municipal em algum pelouro”

Não sei o que disse Balzac sobre a vaidade, mas sei o que diz o Zé Povinho, “Cresce e Aparece”

4. Por último apelar à Câmara Municipal para que possa divulgar o abaixo-assinado referente à reposição das 24 horas de funcionamento do posto, ou melhor, o não encerramento.

Pois é isso que pretendem, o encerramento. Em vez de andarmos a perder tempo para saber quem organizou, ou quem teve a ideia.

Para além de grave o encerramento do posto, pois é um serviço essencial, segue-se um ciclo em cadeia, ou seja, sem posto da GNR, deixa de haver segurança, acaba por fechar o Banco Caixa de Crédito Agrícola (que também já ponderam essa situação), de seguida o Centro de Saúde, e por aí fora.

Ou seja, os serviços básicos e essenciais desaparecem, que condições temos depois para atrair pessoas para a Freguesia? Não há emprego, não há serviços, simplesmente mudam-se para os grandes centros urbanos.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder a todas as questões que aqui foram apresentadas.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e saudou os presentes. Prosseguiu dando nota que iria responder as questões colocadas pelos Senhores(as) Deputados(as) da Assembleia Municipal.

No que se refere ao Posto da GNR de Caria, aludiu que tal como tinha sido mencionado pela Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), em que a CDU tinha feito em 2017 uma primeira intervenção sobre os Postos da GNR no Concelho da Covilhã e no Concelho de Belmonte. Também já anteriormente e nesse mesmo ano a Câmara Municipal de Belmonte lutava na Assembleia da República pelo não encerramento do Posto da GNR de Caria. Na altura já se dizia que apenas ficava aberto o Posto da GNR de Belmonte e que este iria servir todo o Concelho de Belmonte. Atendendo a esta situação fez-se uma reunião no Comando Geral da GNR, onde estiveram presentes o atual Vice-

Presidente da Câmara Municipal, que na altura era o Presidente da Assembleia Municipal e o Deputado Luís António. Nessa mesma reunião foi-lhes garantido que o Posto da GNR de Caria nunca iria ser encerrado. Todavia, essa situação do encerramento não se coloca, apenas não aumenta o número de efetivos do Posto. A justificação apresentada pela GNR é que a criminalidade não aumentou, e que pelo contrário até tinha diminuído. Na sua opinião esse argumento não é razão para que não se preste apoio à população.

Asseverou que o Município tem estado em contato com o Destacamento Territorial da GNR da Covilhã e com o Coronel Tavares, Comandante do Comando Territorial da GNR de Castelo Branco, tendo os mesmos mostrado receptividade para o assunto. Pelo que se espera que quando houver mais “Homens” ao serviço da GNR, o Posto da GNR de Caria possa usufruir desses mesmos “Homens”, para que o posto se mantenha aberto num horário mais alargado.

Deu ainda conhecimento que o Executivo da Câmara Municipal, tinha informado a GNR que a Câmara Municipal de Belmonte, estava disponível para ceder um espaço e até mesmo colaborar nas obras, dentro das possibilidades do Município. Mas, que até à presente data, a GNR ainda não tinha comunicado se pretende ou não o espaço.

Relativamente ao Bairro Ferroviário de Belmonte, mencionou que deve ser do conhecimento de todos qual é a posição da Câmara Municipal de Belmonte.

Informou que o Executivo da Câmara está a aguardar que seja recebido pela REFER, assim como pelo Exmo. Senhor Ministro das Infraestruturas e da Habitação, para uma reunião, a fim de lhes mostrar o desencanto e a posição contra a demolição das casas, uma vez que, o Município tem a noção que o Concelho de Belmonte necessita de casas, e que as casas demolidas podiam ter sido recuperadas.

Ao Senhor Deputado José Bonifácio (PPD/PSD), aludiu que para o Município de Belmonte as águas residuais eram uma grande preocupação e sentindo-se até responsável por esta situação. Pois tinha sido o primeiro Presidente das Águas do Zêzere e Côa e achando na altura que por ter sido Presidente da Câmara Municipal de Belmonte que o Município poderia esperar. Esta situação verificou-se mas as obras que as águas deveriam ter feito acabaram por não se realizar.

Seguidamente, solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para que seja passada a palavra ao Senhor Engenheiro Carlos Simões (Chefe da DTMPOU), para efetuar um melhor esclarecimento sobre fossas céticas.

O Senhor Engenheiro Carlos Simões (Chefe da DTMPOU), tomou a palavra e saudou os presentes. Prosseguiu informando o Senhor Deputado José Bonifácio (PPD/PSD), que a ETAR a que se refere faz parte do sistema em alta, contudo e segundo o que sabe as Águas do Vale do Tejo estão a fazer um estudo.

Referiu que o tratamento, o esvaziamento e o transporte das lamas pertence à EPAL - Águas do Vale do Tejo.

Informou ainda que recentemente se tinha procedido a uma limpeza do mato ali existente, tendo até havido uma rutura.

Por fim, asseverou que vai ter que ser o Município de Belmonte a fazer o esvaziamento e o transporte das lamas, uma vez que a EPAL - Águas do Vale do Tejo não o faz.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, retomou novamente a palavra e informou que no ano de 2001, o Município de Belmonte tinha realizado um contrato com as Águas do Zêzere e Côa, e que posteriormente tinha passado para as Águas do Vale do Tejo. Tendo encarregado o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, de proceder ao envio do documento para os membros da Assembleia Municipal.

Relativamente à Rede Viária Municipal, referiu que neste momento está a preocupa-lo a estrada de ligação entre Caria e o Monte do Bispo e até mesmo do Monte de Bispo para cima. Todavia os funcionários dos serviços externos da Câmara Municipal, já tinham tapado os buracos ali existentes.

Proseguiu dando conhecimento que as obras da estrada de Belmonte com ligação às Pereiras já tinham sido concluídas. Frisando também que estava para breve o início das obras do Ramal de Malpique e da Rua dos Bombeiros Voluntários em Belmonte.

No que diz respeito ao IMI, aludiu que de acordo com o que já tinha sido prometido o valor do IMI do próximo ano irá ser o mesmo que foi praticado nos anos anteriores. Contudo, este ano houve essa necessidade de o aumentar, pelo que a receita previsível com esse aumento rondará os 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros). Valor esse que não será recebido este ano, mas sim no próximo.

Informou ainda que aquando da reunião com o Exmo. Senhor Ministro das Infraestruturas e da Habitação, irá também abordar o assunto sobre o prejuízo das estradas do Concelho de Belmonte, tendo estas ficado danificadas devido às intervenções que ocorreram na Linha da Beira Baixa.

Ao Senhor Deputado Tiago Gaspar (PPD/PSD), referiu que relativamente ao saneamento financeiro o Município de Belmonte, poderia não ter realizado o acordo. Contudo, o Executivo da Câmara tinha achado por bem pagar as dívidas, nomeadamente a dívida das águas.

Mencionou ainda, que o Município de Belmonte tinha concretizado um bom acordo para o saneamento financeiro, permitindo assim ao Município um faseamento nos pagamentos ao banco durante doze anos e com juros favoráveis.

Por último, referiu que se o Município de Belmonte não tivesse executado o saneamento financeiro, neste momento o Município estaria em condições bem melhores.

Ao Senhor Deputado Carlos Gomes (PPD/PSD), referiu que em relação à Wit Software está a perspetivar-se que até ao final do mês de julho estejam a trabalhar em Belmonte doze técnicos brasileiros, o que corresponde a mais ou menos a vinte e cinco pessoas, porque a maioria trás a família. Até ao final do mês de setembro estarão instalados vinte técnicos, sendo à volta de quarenta e cinco pessoas. No final do ano perspetiva-se trinta técnicos e mais ou menos setenta pessoas. Aludindo que o atraso na vinda dos técnicos se devia à demora na obtenção dos vistos.

Prosseguiu dando conhecimento que são doze as casas alugadas/arrendadas pelo Município para os técnicos da Wit Software. Em Caria foram alugadas/arrendadas duas casas, no Colmeal da Torre uma casa, no Carvalhal Formoso uma casa e em Belmonte oito casas. O valor das rendas mensalmente varia entre os 350,00€ e os 600,00€. Os 350,00€ para as casas não mobiladas e os 600,00€ para as casas mobiladas.

No que se refere ao acordo estabelecido entre o Município de Belmonte e a Wit Software, aludiu que o mesmo tinha sido apresentado/lido publicamente no dia 26 de abril de 2022.

Ao Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), informou que o preocupa bastante os peões atravessarem a ponte de Caria, tendo por isso o Município de Belmonte a preocupação em colocar os semáforos nessa mesma ponte, estando o Município a ponderar a colocação de uns semáforos inteligentes.

No que se refere à passagem pedonal e de bicicletas asseverou que as mesmas tinham que ser feitas fora da ponte, e que atualmente o Município não dispõe de verbas para essas obras.

Comunicou ainda que neste momento a preocupação do Município e tendo em conta os problemas orçamentais que tem, é de apresentar candidaturas a tudo aquilo que surja e que seja benéfico para o Município. Frisando que atualmente o Município de Belmonte tem uma excelente relação com a CCDR-C, com a Exma. Ministra da Coesão Territorial e com o Governo.

Ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Silvério Gavinhos Quelha, relembrou que o Senhor Vereador André Reis Correia, tinha sido o cabeça de lista do PPD/PSD.

Asseverou que a relação estabelecida entre eles os dois tem sido apenas institucional, porém o Senhor Vereador André Reis Correia, tem mantido uma coerência nos atos do Executivo. que queria deixar registado.

Deu ainda nota que o PPD/PSD, apenas tem oito elementos na Assembleia Municipal, não possuindo nenhum elemento no Executivo da Câmara Municipal.

Por último, referiu que tinha saudado o Senhor Vereador André Reis Correia, aquando da eleição do mesmo para a Comissão Política Nacional do CDS/PP.

A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra e referiu que no último parágrafo da sua intervenção sobre o Bairro Ferroviário de Belmonte “O

documento foi apresentado a 20 de junho, pelo que ainda estamos a aguardar resposta e solicitamos que o município também demonstre o seu descontentamento, junto do governo, para que tal deixe de acontecer noutras localidades do país”. A CDU tinha solicitado ao Município de Belmonte que também demonstrasse o seu descontentamento junto do Governo, para que tal deixe de acontecer noutras localidades do país, tendo sido com muito agrado que ouviu dizer ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, que já está a demonstrar esse descontentamento.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação da Moção “Caria continua a não aceitar justificação para a redução do horário do Posto da GNR de Caria” através de braço no ar.

----- Concluída a votação verificaram-se **0** votos contra, **0** abstenções e **19** votos a favor da Bancada do PS, da Bancada do PPD/PSD e da Bancada da CDU, pelo que a Moção “Caria continua a não aceitar justificação para a redução do horário do Posto da GNR de Caria” foi aprovada por **unanimidade** dos presentes na votação. -----

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou à votação da Moção “Instar a Administração da Caixa Crédito Agrícola para que o horário de Serviço da agência de Caria seja das 8H30M às 15H30 ininterruptamente, bem como qual é a intenção da Administração, relativamente ao futuro da Agência de Caria.” através de braço no ar.

----- Concluída a votação verificaram-se **0** votos contra, **0** abstenções e **19** votos a favor da Bancada do PS, da Bancada do PPD/PSD e da Bancada da CDU, pelo que a Moção “Instar a Administração da Caixa Crédito Agrícola para que o horário de Serviço da agência de Caria seja das 8H30M às 15H30 ininterruptamente, bem como qual é a intenção da Administração, relativamente ao futuro da Agência de Caria.” foi aprovada por **unanimidade** dos presentes na votação. -----

Não havendo mais assuntos a tratar no período antes da ordem do dia o Senhor Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.

4 - Período da Ordem do Dia;

4.1. - Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade e Situação Financeira

O Senhor Presidente da Assembleia passa a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que informa não ter nada a acrescentar à informação apresentada.

O Senhor Deputado José Alves (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“No capítulo referente aos assuntos importantes da atividade da câmara municipal, deparamos com a venda em hasta pública de dois terrenos pertencentes ao domínio privado do Município.

Atendendo aos valores em causa definidos para a hasta pública, esta assembleia não terá de votar a respetiva alienação. No entanto na qualidade de órgão fiscalizador da atividade do executivo, vimos questionar o seguinte:

1º - Qual o motivo de alienação destes terrenos, sendo um junto à variante e outro junto ao Parque Industrial de Belmonte-Gare;

*2º - Gostaríamos de perceber os valores definidos para a hasta pública, uma vez que o terreno denominado “Chãos Grandes”, com a área de 4536 m2 vai à praça por 50 000 €, com um preço /m2 a rondar os **11€/m2** e o outro com a área de 46200 m2 também vai à praça pelos mesmos 50 000 €, ficando o preço/m2 em **1,08 €/m2**;*

Ao tentar entender esta discrepância nos valores, apenas podemos compreender a mesma com a classificação que o PDM atribui a essas áreas. No entanto de acordo com os valores atuais de mercado não nos parecem credíveis estes valores.

Assim, de acordo com a lei 169/99 de 18 de setembro, na sua redação vigente, vimos solicitar à Câmara Municipal cópia do processo de avaliação que deu origem aos valores apurados, sob pena desta bancada encetar um procedimento de impugnação das referidas hastas públicas.”

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e informou o Senhor Deputado José Alves (PPD/PSD), que quem tinha feito a avaliação dos terrenos foi um Perito Oficial do Tribunal, tendo o mesmo conhecimento dos terrenos.

O Senhor Deputado Carlos Gomes (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Começo por dizer que este documento é muito reduzido, ou fizeram pouca obra, ou fizeram omissão das obras, porque o documento é bastante reduzido na minha opinião.

Depois, perguntava ao Sr. Presidente pelas obras do Jardim-de-Infância de Colmeal da Torre. Prometeu-me em dezembro que elas estariam prontas em março deste ano e desde dezembro, até hoje, não se verificou nenhum avanço, está tudo

rigorosamente parado. O Sr. Presidente teve a oportunidade de estar no domingo no Colmeal da Torre, deve ter visto a vergonha que lá está no pátio do Jardim-de-Infância.

Depois dizer também, que me tem chegado muita informação do atraso do pagamento às Associações. Deixava aqui uma recomendação para que fizessem um esforço e cumprissem com os pagamentos, as nossas associações fazem-nos falta, elas, assumiram compromissos mediante compromisso da Câmara e a Câmara não está a cumprir a parte dela o que complica a vida a quem dirige as respetivas associações, deixava aqui esta recomendação.”

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, informou o Senhor Deputado Carlos Gomes (PPD/PSD), que estava enganado relativamente ao atraso do pagamento às Associações/Coletividades, uma vez que a Câmara Municipal de Belmonte de momento não se encontrava em dívida para com as Associações/Coletividades, tendo já sido liquidado o ano 2021.

Relativamente ao ano 2022, referiu que a Câmara Municipal ainda não tinha definido o valor dos subsídios a atribuir às trinta e duas Associações/Coletividades do Concelho, sendo certo que as restrições orçamentais também se iriam aplicar às Associações/Coletividades.

Mencionou também que as Associações/Coletividades tinham que ter a noção que não podiam gastar o que quisessem e não poderiam ter sempre a Câmara a subsidiá-las, uma vez que o Município se encontrava num momento de restrições orçamentais. Pelo que o Município não poderia despender de 600 mil euros anuais como estava a pagar até agora.

Por fim, ainda deu nota, que apenas algumas Associações/Coletividades tinham entregue a documentação solicitada pelo Município.

4.2. - Pacto de Autarcas para o Clima e Energia - Plano de Ação

O Senhor Presidente da Assembleia passou a ler parte da respetiva certidão fornecida pelos serviços municipais, cujo teor se reproduz integralmente.

-----**CERTIDÃO**-----
ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, CHEFE DA UNIDADE TÉCNICA MUNICIPAL ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata de reunião ordinária, realizada em 25 de Maio de 2022, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

“A.3.1.) PACTO DE AUTARCAS PARA O CLIMA E ENERGIA - PLANO DE AÇÃO

Foi presente à reunião, o Plano de Ação para a Energia Sustentável e Clima (PAESC) da Aldeias Históricas de Belmonte, sendo um dos doze PAESC desenvolvidos pelas Aldeias Históricas de Portugal – Associação de Desenvolvimento Turístico (AHP-ADT), enquanto promotora do pacto de autarcas no âmbito da Rede de Aldeias Históricas de Portugal em parceria com o Município de Belmonte, signatário do Pacto de Autarcas para o Clima e Energia – Europa, corresponsáveis pela implementação das medidas preconizadas.

O PAESC da Aldeia Histórica de Portugal de Belmonte visa assegurar, a nível local, o compromisso de reduzir as emissões de gases com efeito estufa em 45% até 2030 e em 80% até 2050.

Ao subscrever o Pacto de Autarcas – Europa, o Município de Belmonte assume o compromisso de implementar ações concretas que permitam reforçar o seu contributo para:

- *Combater as alterações climáticas e agir em conjunto e com base na ciência, visando manter a subida da temperatura global abaixo dos 1,5°C;*
- *Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa no seu território;*
- *Aumentar a resiliência e preparar para os impactos adversos das alterações climáticas;*
- *Combater a pobreza energética como uma ação essencial para assegurar uma transição justa.*

Tendo em conta a importância global do processo de adaptação às alterações climáticas e eficiência energética, a AHP-ADT em parceria com o Município de Belmonte, pretende criar as condições para que o território e os seus agentes estejam melhor preparados para os desafios climáticos e energéticos.

DELIBERAÇÃO

O Executivo da Câmara Municipal de Belmonte, deliberou por unanimidade aprovar o Pacto de Autarcas para o Clima e Energia - Plano de Ação, bem como submetê-lo para apreciação, discussão e votação da Assembleia Municipal.”

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autentico com selo branco em uso neste Município e Unidade Técnica Municipal Administrativa, em 20 de Junho de 2022.-----

A Senhora Deputada Telma Matos (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“É nos apresentado para apreciação um plano de ação para a energia sustentável e clima, cujo cliente é a Aldeias Históricas de Portugal – Associação de Desenvolvimento Turístico em que o objetivo se centra no apoio ao processo de adesão da rede das Aldeias

Históricas de Portugal ao Programa de Pacto de Autarcas e elaboração dos planos de ação para a energia e clima 2030 das doze Aldeias Históricas de Portugal referente ao Município de Belmonte.

Após uma leitura atenta do documento e considerando que o compromisso assumido é o de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 45% em 2030 e 80% em 2050, dando cumprimento a diretrizes nacionais e internacionais constatamos que o documento apresentado é um plano muito teórico, generalizado, vazio de medidas estratégicas para o município uma vez que não representa uma concertação para o Concelho como era desejado por todos nós.

Analisando a matriz das emissões de CO2 verificamos que os edifícios residenciais e não residenciais não públicos, representam 87,16% do total das emissões, ou seja, o Município apenas detém 12,84% das emissões totais com alguma certeza de poder controlar e que são referentes a edifícios, equipamentos e instalações Municipais, frota Municipal e iluminação pública.

Com base no plano, o cumprimento de Belmonte seria reduzir já em 2030 de 514,80 tCO2 para 283,14 tCO2, 2030 é já amanhã!!!

Para a concretização do plano verificamos que as ações ou medidas futuras são baseadas em treze domínios, onde se destacam as infraestruturas básicas, edifícios, mobilidade, produção de energia renovável, espaços públicos, contratação sustentável, agricultura e reabilitação e construção sustentável.

Referir apenas no que à intervenção em edifícios/edificado público que representa 80% do total das emissões é proposto que o Município preste “apoio técnico” para a implementação de medidas de maximização da eficiência energética.

A questão é como “aconselhar” os proprietários a obter por soluções construtivas, instalação de equipamentos de elevada eficiência energética entre outras medidas de conforto térmico se o IMI e outros impostos mal param de aumentar, bem como o custo elevado do nível de vida – difícil de concretizar dizemos!!!

Também no condicionamento do acesso turístico automóvel nos questionamos se foi tido em conta o real impacto no comércio e se a solução de se aplicar horários fixos para cargas de mercadorias é possível uma vez que dependerá da disponibilidade dos fornecedores fator que não é possível controlar.

Ainda no que diz respeito à eficiência na gestão e utilização da água o quadro apresentado é vago e limitado apenas refere que se prevê a instalação de sistemas de gestão para o combate a perdas e possibilidade de um projeto para desenvolvimento estruturas de retenção de águas fluviais sem referir outros sistemas de bombeamentos nomeadamente na dos vetores e outros equipamentos nomeadamente das piscinas municipais.

Quanto à gestão de resíduos consideramos as medidas ajustadas desde que o comportamento das entidades envolvidas seja conseguido.

De referir ainda que na atribuição do prémio sustentabilidade cujo o objetivo é a implementação de prémios anuais de reabilitação e construção sustentável, consideramos ser mais útil e justo reduzir, por exemplo o IMI para prédios urbanos com eficiência energética A ou superior com base nos estatutos dos benefícios fiscais.

Em suma, e não referindo todos os programas e medidas mencionadas no plano, concluímos que este plano não é uma concertação para o Concelho de Belmonte, parece um instrumento não exequível uma vez que utiliza estimativas baseadas em dados pouco concretos e que prevê influenciar positivamente 85% das comissões que efetivamente não consegue controlar.

É um programa que nos parece plural que depois mediante a aldeia histórica é individualizado sem rigor na informação apresentada.

Aproveitamos a oportunidade para referir que é urgente pensar no futuro do concelho no que à sustentabilidade diz respeito.”

O Senhor Deputado Hugo Morão (PPD/PSD), tomou a palavra e referiu que o projeto de auto consumo e de produção elétrica fala de um valor superior a um milhão de euros, ou seja, são dois a três mil painéis solares. Pelo que questionou aonde é que os painéis vão ser instalados e qual a viabilidade dos mesmos, uma vez que se trata de um valor bastante alto.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e respondeu ao Senhor Deputado Hugo Morão (PPD/PSD), que não faz ideia, nem sabe responder relativamente a esses valores que o mesmo tinha apresentado. Todavia, informou que o projeto tinha sido apresentado pelas Aldeias Históricas de Portugal – Associação de Desenvolvimento Turístico. Que também tinha acompanhado de perto a elaboração deste plano de ação. Referindo que para Belmonte, tinha sido apresentado a possibilidade de ser retirado o trânsito da zona histórica, e que para isso, o Município terá de arranjar alternativas de estacionamento. Sendo este também um plano de ação plural adaptado a cada uma das aldeias históricas, e que cada Município terá o seu plano e estratégia.

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Quando falamos de clima e energia, seguramente também falamos de ambiente. Desde setembro do ano passado que as estruturas dos outdoors usadas pelo PS na campanha eleitoral continuam nas rotundas da variante. Para um concelho que diz apostar tanto no turismo, sr. Presidente, não é seguramente uma boa imagem.

Declaração de voto:

O GPM do PSD, em coerência com as suas posições anteriores, nomeadamente a aprovação da adesão ao pacto de autarcas para o clima e energia, reforça a sua concordância com o que é este desígnio de cumprir os objetivos de desenvolvimento sustentável no âmbito das Nações Unidas. Queremos muito que o concelho entre nessa senda do desenvolvimento sustentável. Este plano é, no entanto, desequilibrado, sem perspectiva de desenvolvimento do concelho de forma integrada, como um todo, não envolvendo todo o território. Além disso não há referências a estratégias integradas de mobilidade sustentável, tais como mobilidade elétrica, ciclovias, passeios pedonais, ou mesmo estratégia para os resíduos sólidos urbanos. Por tudo isto o GPM do PSD abstém-se.”

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação do ponto 4.2 “Pacto de Autarcas para o Clima e Energia - Plano de Ação” através de braço no ar.

*----- Concluída a votação verificaram-se 0 votos contra, 8 abstenções da Bancada do PPD/PSD e 11 votos a favor da Bancada do PS e da Bancada da CDU, pelo que o “Pacto de Autarcas para o Clima e Energia - Plano de Ação” foi aprovado por **maioria** dos presentes na votação. -----*

4.3. - Contas Consolidadas 2021 do Grupo Municipal

O Senhor Presidente da Assembleia passou a ler parte da respetiva certidão fornecida pelos serviços municipais, cujo teor se reproduz integralmente.

-----CERTIDÃO-----
ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, CHEFE DA UNIDADE TÉCNICA MUNICIPAL ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata de reunião extraordinária, realizada em 23 de junho de 2022, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

“A.3.3.) CONTAS CONSOLIDADAS 2021 DO GRUPO MUNICIPAL

Foram presentes à reunião de Câmara, os documentos do Relatório das Contas Consolidadas 2021 do Grupo Municipal, sobre os quais foram tecidas algumas considerações e prestados alguns esclarecimentos sobre as referidas contas.

DELIBERAÇÃO

A Câmara Municipal de Belmonte deliberou com os votos favoráveis do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. António Pinto Dias Rocha e do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr. Paulo Borralhinho e as abstenções dos Senhores Vereadores André Reis, José Mariano e Carlos Afonso, nos termos e para os efeitos consignados no artigo 76º da Lei 73/2013, aprovar os documentos do Relatório das Contas Consolidadas 2021 do Grupo Municipal e remeter os mesmos, para apreciação, discussão e votação da Assembleia Municipal.”

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autentico com selo branco em uso neste Município e Unidade Técnica Municipal Administrativa, em 23 de junho de 2022.-----

O Senhor Deputado Tiago Gaspar (PPD/PSD), tomou a palavra e lembrou que as Contas Consolidadas do Grupo Municipal já tinham sido tratadas na Sessão da Assembleia Municipal anterior de uma forma independente. Seguidamente remeteu os Membros da Assembleia Municipal para a página dez do Relatório de Gestão Consolidado para a rubrica Demonstração de Resultados, onde referiu que o resultado líquido consolidado continua negativo, sendo que o mesmo dava a sensação que tinha melhorado bastante, uma vez que tinha passado de mais de 1.000.000,00€ (um milhão de euros) em 2020, para 872.148,02€ em 2021. Contudo aludiu se analisarem a página nove verificam que o passivo apenas diminuiu em 0,9%, podendo desde logo concluir-se que esta recuperação não é assim tão “bonita”, porque onde se vai encontrar este grande ganho de um ano para o outro, permitindo diminuir em quase 700.000,00€ (setecentos mil euros) o resultado negativo que está nas depreciações e amortizações na rubrica da Demonstração de Resultados. Pelo que também é notório que se passou de mais de 2.500.000,00€ em 2020 (dois milhões e meio) para 1.500.000,00€ em 2021 (um milhão e meio de euros), ou seja, existe uma redução de 1.000.000,00€ (um milhão de euros) nos gastos de depreciações e amortizações.

Concluiu afirmando que alguma coisa não estava correta, uma vez que o passivo só tinha diminuído 0,29%.

O Senhor Deputado Hugo Morão (PPD/PSD), tomou a palavra e referiu que já é o segundo ano consecutivo que o relatório de contas menciona que não foi possível confirmar a titularidade de alguns ativos tangíveis da Câmara.

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra

“Neste ponto, gostaria de destacar apenas a tabela não numerada na página 44 no Relatório de Gestão Consolidado. Respeitantes aos custos dos empréstimos obtidos. Aí fica evidente a dependência total dos financiamentos bancários bem como o

prolongamento no tempo de encargos com financiamentos respeitantes essencialmente a empréstimos de saneamento financeiro, sem obra ou investimentos produtivos e, mais grave, que compromete a viabilidade e o futuro do concelho.

Pelas razões aqui expostas, bem como pelas já apresentadas oportunamente nesta Assembleia, este GP vota contra.”

O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Declaração de Voto

A apresentação das contas numa perspetiva individual, não permite uma visão global da situação financeira, quer do Município, quer do grupo municipal, dificultando a tomada de decisão por parte dos decisores políticos.

Assim surge a necessidade de se realizar uma análise do município e também das entidades nas quais este participa, apontando à transparência e rigor da informação ao nível do relato financeiro consolidado, dado que se pretende apresentar nas contas de um grupo de entidades como se de uma única entidade se tratasse.

Para esse efeito, são realizadas as demonstrações financeiras consolidadas, que evidenciam uma perspetiva global da situação financeira e dos resultados do grupo de entidades que integram o perímetro de consolidação, mapas estes que viabilizam a análise das políticas públicas locais, numa perspetiva de largo espectro.

A Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, que aprovou a Lei das Finanças Locais, determinou a obrigatoriedade de apresentação de contas consolidadas por parte dos municípios que detenham serviços municipalizados e/ou a totalidade do capital em entidades do setor empresarial local. Porém, com a aprovação do novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com entrada em vigor a 1 de janeiro de 2014, introduziram-se algumas alterações ao nível da consolidação de contas, no que concerne à sua abrangência. O Sistema de Normalização Contabilística para administrações públicas (doravante, SNC-AP) revogou a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que aprovou a Orientação n.º1/2010, como «Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo» e estabelece um conjunto de princípios subjacentes à consolidação de contas. Salienta-se que as demonstrações financeiras consolidadas devem ser elaboradas e aprovadas pelo Município, em conformidade com o disposto no art.º 75º do RFALEI, e, alinhado com o instituído no n.º

2 do art.º 76º, submetidas à apreciação dos órgãos deliberativos durante sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte a que respeitam

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na Lei, os Municípios apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas;

- De acordo com estipulado no n.º 3 do artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o grupo autárquico é composto pelo Município, entidade consolidante, e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade objetivando beneficiar das suas atividades;

Nos termos do n.º 7 do artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os documentos de prestação de contas consolidadas”.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação do ponto 4.3 “Contas Consolidadas 2021 do Grupo Municipal” através de braço no ar.

----- Concluída a votação verificaram-se **8** votos contra da Bancada do PPD/PSD, **1** abstenção da Bancada da CDU e **10** votos a favor da Bancada do PS, pelo que as “Contas Consolidadas 2021 do Grupo Municipal” foram aprovadas por **maioria** dos presentes na votação. -----

Antes de terminar a reunião o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos deliberados por votação, os quais foram aprovados por unanimidade.

5 - 2º Período de Intervenção dos Senhores Municípes;

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que tendo em conta que não houve inscrições, este período de intervenção dos Senhores Municípes ficou encerrado.

Nada mais havendo a tratar nesta Sessão e sendo 13:15 horas, o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão, da qual foi lavrada a presente ata que eu, Artur Alberto Mendes de Elvas, primeiro secretário da Mesa redigi e vou assinar

conjuntamente com o Presidente, depois de lida e aprovada integralmente, na Sessão seguinte.

O Presidente

O 1º Secretário